

**Charles Zerner (editor)**

***People, Plants and Justice: the Politics of Nature Conservation***

**Columbia University Press, New York, 2000, 449 páginas.**

A obra «People, plants and justice» está organizada em duas partes substancialmente distintas: a parte inicial está dedicada à abordagem de alguns aspectos teóricos, relativos à justiça na conservação da natureza; a segunda, que corresponde à maior parte do volume, está dedicada ao estudo de casos concretos de conteúdo bastante díspar, desde o colonialismo ecológico em Samoa, ao eco-turismo no Belise, à conservação da floresta na Indonésia ou à exploração de petróleo na Amazónia. De resto, como explica Charles Zerner<sup>1</sup>, editor da obra, os treze casos apresentados, provocatoriamente justapostos, são mais ilustrativos do que representativos da temática subjacente — o poder, a justiça, o mercado e a gestão da natureza.

Nas considerações introdutórias, Zerner parte do princípio de que «a democracia e a justiça andam de mãos dadas com uma gestão ambiental efectiva e com a conservação» e compara as questões de poder e de liberdade subjacentes à busca da justiça na conservação da natureza com as mesmas questões inerentes à venda dos próprios órgãos para sobreviver, cada vez mais frequente em países com grande incidência de pobreza, como a Índia. Da contribuição de Charles Zerner, a conclusão que sobressai é que «nem a *demonização* dos mercados nem a aceitação cega da globalização e da ideologia do mercado livre conduzirão a resultados justos, análises úteis ou colaborações politicamente progressivas numa gestão de recursos naturais baseada na comunidade».

No capítulo 1, sobre *comunidades contestadas, mercados perversos e governação dourada*, Michael J. Watts discorre sobre uma grande diversidade de temas, sempre a propósito da justiça da extracção e conservação de recursos nos trópicos: movimentos sociais alternativos de resistência ao desenvolvimento, minorias, reabilitação de conhecimentos subalternos, etc.

No capítulo 2, intitulado *para além da justiça distributiva*, Richard A. Schroeder socorre-se de alguns dos casos de estudo apresentados ao longo do livro, para demonstrar as dificuldades de «operacionalização» dos objectivos de justiça distributiva e as insuficiências da teoria da justiça. Em alternativa, sugere uma dimensão de justiça económica que não se limite à simples partilha da riqueza e dos lucros. Segundo Schroeder, uma teoria da justiça renovada deveria, pelo contrário, basear-se em compensações pelo confisco de direitos, pela perda da propriedade física, pela partilha da propriedade intelectual (do «conhecimento técnico indígena») e pelo fornecimento de serviços de trabalho.

Fruto dos revigorantes contributos práticos de mais de vinte especialistas, provindos das mais diversas áreas do saber, desde a sociologia à ecologia, desde a antropologia à geografia humana, desde a agro-economia à etno-botânica e escolhidos pelas suas investigações em zonas tropicais do globo, a heterogeneidade temática de «People, plants and justice» fazem dela uma obra de referência que, mais do que dar respostas, contribui para equacionar os problemas fundamentais, dando as pistas necessárias para um ulterior estudo mais aprofundado das questões atinentes à conservação da natureza.

Maria Alexandra Aragão

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

<sup>1</sup> Além de académico do Institute for Law and Society da Universidade de Nova Iorque, Charles Zerner é fundador e activista do Natural Resources and Rights Program da Rainforest Alliance, o que explica, de certo modo, a preferência temática demonstrada na obra.

